

O sequestro de Nicolás Maduro à luz da história



Por **BERNARDO RICUPERO***

A operação contra Maduro revela a hegemonia dos EUA na América Latina em transição: de uma combinação de consentimento e coerção para o predomínio da força bruta, característica de uma potência em declínio

1.

Em 1902, Alemanha, Reino Unido e Itália bombardearam portos venezuelanos. Alegaram que o país não pagara dívidas. Tal ação claramente violara a “Doutrina Monroe”, estabelecida em 1823 pelo então presidente dos EUA James Monroe, e, segundo a qual, seu país não aceitaria a intervenção de potências europeias nos negócios americanos, assim como não se envolveria nos negócios do Velho Mundo.

É verdade que a mensagem que James Monroe enviara ao Congresso, criando a doutrina que ficou conhecida com seu nome, era ambígua; afirmava a oposição ao colonialismo europeu, mas deixava a porta aberta para o expansionismo norte-americano. Tal ambiguidade refletia a própria situação da ex-colônia que se transformava em potência, caracterizando o que foi chamado de “anticolonialismo imperial” (Sexton, 2011).

No entanto, dois anos depois do bombardeio a portos venezuelanos, em 1904, em meio a nova ameaça de uso da força por parte de potências europeias por conta de dívidas contraídas por nações americanas, no caso a República Dominicana, os EUA esclarecem sua posição por meio de uma nova mensagem presidencial ao Congresso. Afirma o então presidente Theodore Roosevelt que “qualquer país cujo povo se comportar bem contará com a nossa calorosa amizade”.

Por outro lado, o “crônico mau comportamento, ou a impotência que resulta no afrouxamento dos laços da sociedade civilizada, pode levar na América, assim como em outras partes, a requerer, em última instância, a intervenção por alguma nação civilizada, e, no hemisfério ocidental, a adesão dos EUA à Doutrina Monroe possivelmente os force a exercer, mesmo que relutantemente, em casos flagrantes de mau comportamento ou impotência, um poder de polícia internacional”. (Roosevelt in Holden e Zolov, 2000, p. 101).

2.

A reelaboração da Doutrina Monroe, mais de oitenta anos depois, passa a estabelecer que os EUA poderiam agir tanto como juiz como polícia em relação a seus vizinhos americanos. A inovação conceitual indicava a posição mais afirmativa do país no cenário internacional: de colônia a império. O que ficou conhecido como “corolário Roosevelt” da Doutrina Monroe instituía como condição para a intervenção norte-americana a infração das regras de segurança – e não apenas o não pagamento de dívidas – condição que a nova potência determinava por ela mesma, agindo tanto como juiz como polícia.

Na passagem do século XIX para o XX, os EUA emergiam como potência. Se tornavam a maior economia mundial, possuindo, já em 1913, um nível de industrialização 10% superior ao do Reino Unido (Bairoch, 1982). Significativamente, em 1898, o país se envolvia, pela primeira vez, com aquela que ficou conhecida como Guerra Hispano-Americana num conflito fora de suas fronteiras.

Os combates, que se iniciaram, pouco antes, com a luta pela independência de uma das últimas colônias espanholas, Cuba, levaram a que fora um dia a “invencível armada” a mobilizar a maior frota naval até então a cruzar o Atlântico, estimulando igualmente revolucionários filipinos a se levantarem em armas por sua emancipação política. O resultado da guerra foi a cessão por parte da Espanha das suas possessões de Porto Rico, Filipinas e Guam para os EUA. Cuba se tornou independente, em 1902, mas a Emenda Platt, que vigorou até 1934, garantiu a possibilidade de intervenção norte-americana na ilha.

Tais iniciativas correspondiam bem a um momento histórico que o historiador britânico Eric Hobsbawm (1988) chamou de “era dos impérios”. Marca infame dessa época é a Conferência de Berlim que, em 1884, dividiu o continente africano entre as potências europeias. Nesse quadro havia, em 1901, 140 colônias, protetorados e dependências, que correspondiam a 2/3 do espaço da terra e 1/3 da população mundial (Herring, 2008).

Na verdade, a América foi menos afetada pela partilha do globo entre antigas potências, como a Inglaterra e a França, e novas, como a Alemanha, o Japão e os próprios EUA. No caso do chamado Novo Mundo, a quase ausência de colônias se devia, em boa medida, à Doutrina Monroe, que induziu o imperialismo europeu a respeitar a “esfera de influência” de Washington, como ficara claro na disputa territorial anglo-venezuelana, de 1895-96, decidida por um arbitramento praticamente imposto pelos EUA.

Mas os EUA não utilizavam na época apenas a força. Ou, como resumiu Teddy Roosevelt, deveriam, ao lidarem com seus vizinhos, “speak softly and carry a big stick”, o que o historiador e diplomata brasileiro Manoel Oliveira Lima traduziu sugestivamente como “caceteão” (Lima, 1937, p. 222).

Buscando atrair outras nações americanas, o país elaborou o que ficou conhecido como panamericanismo, o termo tendo sido cunhado pelo *Evening Post*, de Nova Iorque, em meio aos preparativos para a I Conferência Internacional de Estados Americanos realizada, entre 1888 e 1889, em Washington. O objetivo do encontro era organizar uma união aduaneira nas Américas, o exemplo da unificação alemã estando ainda fresco. Apesar do fracasso da iniciativa, em boa medida por conta da oposição de países como a Argentina e o Chile, mais nove conferências panamericanas foram realizadas, ocorrendo até meados do século XX, e surgiu o embrião da Organização dos Estados Americanos (OEA), ainda ativa hoje em dia.

3.

Em 2026, mais de cem anos depois dos bombardeios estrangeiros a portos venezuelanos, os EUA atacaram Caracas. Cerca de 150 aviões desmantelaram a defesa aérea da capital do país sul-americano, abrindo caminho para que helicópteros transportassem quase 200 soldados altamente treinados. O resultado da operação foi a morte de em torno de 100 pessoas – entre eles, 32 militares cubanos, mas nenhum norte-americano – e o sequestro do presidente venezuelano Nicolás Maduro e de sua esposa, Cilia Flores, que serão julgados nos EUA.

A acusação que pesa contra Nicolás Maduro não é mais de dívidas não pagas, mas, como deixou claro o presidente norte-americano, Donald Trump, na entrevista coletiva que se seguiu ao ataque, o que tem sido chamado de narcoterrorismo. O termo justificou, desde o final de 2025, ataques norte-americanos a barcos no Caribe e em outros mares, que custaram a vida a pelo menos 115 pessoas.

É verdade que não se insistiu muito na desculpa do tráfico de drogas como motivo do ataque norte-americano. Até porque a Venezuela tem participação irrisória na venda de fentanil para os EUA, potente opioide que causa a maior parte das mortes por overdose no país. Em contraste, o tráfico venezuelano é principalmente de cocaína e destinado à Europa.

Na verdade, o sequestro de Nicolás Maduro é melhor entendido à luz da Estratégia de Segurança Nacional, divulgada pela Casa Branca em novembro de 2025. Significativamente, o documento diz querer “afirmar e realizar um ‘corolário Trump’ à Doutrina Monroe” (National Security Strategy, 2025, p. 5), que o presidente norte-americano tem chamado de “Doutrina Donroe”. A Estratégia insiste na necessidade de ter prioridades – o que não teria ocorrido com a política dos EUA depois da Guerra Fria, envolvida com o que chama de globalismo – o país devendo, ao contrário, se focar no hemisfério ocidental.

Nessa referência, o documento assinala que a região é fonte de recursos estratégicos importantes. Afirma também que os EUA precisariam garantir o domínio de fontes de energia citando, num tom passadista, petróleo, carvão e energia nuclear, já que elas abririam caminho para a reindustrialização e o florescimento da classe média do país. Se poderia, nessa toada, interpretar o motivo do ataque norte-americano à Venezuela como o acesso às maiores reservas de petróleo do mundo. No entanto, a retomada da produção petrolífera venezuelana a níveis razoáveis demanda investimentos vultuosos, não sendo seguro que as grandes petroleiras norte-americanas estejam dispostas a se arriscarem num país sabidamente instável.

4.

Mas se é duvidoso que os EUA atacaram a Venezuela por conta do petróleo é certo que não o fizeram em defesa da liberdade. É sintomático que a palavra “democracia” não foi mencionada em nenhum momento da entrevista coletiva de Donald Trump. A própria Estratégia de Segurança Nacional norte-americana afirma não desejar impor a democracia a nações cuja história e tradição não correspondem a esse regime político.

Em outras palavras, a ação militar dos EUA não foi realizada para promover uma mudança de regime na Venezuela que poderia levar a uma situação caótica, como ocorreu no Iraque pós-Saddam Hussein. Ao contrário, o governo norte-americano tem demonstrado disposição de conviver com o governo da sucessora de Maduro, sua vice-presidente Delcy Rodríguez. No que se refere ao governo venezuelano, a recíproca também parece ser verdadeira, Delcy Rodríguez e seus ministros têm dado seguidas demonstrações de disposição de colaboração com os EUA.

Antes, Nicolás Maduro tinha indicado que estaria disposto a garantir o acesso dos EUA ao petróleo e outras riquezas venezuelanas em troca de sua manutenção no poder (<https://www.nytimes.com/2025/10/10/world/americas/maduro-venezuela-us-oil.html>). Em outras palavras, há sinais de que os EUA desejam fazer da Venezuela uma espécie de protetorado, como foi Cuba enquanto vigorou a Emenda Platt.

A participação chinesa, russa e iraniana na exploração do petróleo venezuelano tem, portanto, seus dias contados. No entanto, é improvável que os EUA consigam reverter a presença cada vez maior da China na América Latina. Desde o ano 2000 até 2023, o comércio exterior chinês com a região cresceu exponencialmente, 38 vezes, ao passo que a participação dos EUA se reduziu de 54% para 37%. A China é atualmente o segundo maior parceiro comercial da América Latina, sendo o principal do Brasil, Chile, Peru e Venezuela (CEPAL, 2025).

Em termos amplos, pode-se interpretar o sequestro de Nicolás Maduro como basicamente uma demonstração de força. Nesse sentido, é possível considerar que a hegemonia norte-americana sobre a América Latina se baseia cada vez mais na coerção e menos no consentimento. Sintomaticamente, diferente do que era costume para os EUA, não se justificou o ataque à Venezuela com base na defesa da democracia.

Retoma-se assim o “*big stick*”, mas não o “*speak softly*”, de Teddy Roosevelt. Chega a ser curioso como a ação norte-americana na Venezuela é remanescente da “era dos Impérios”. No entanto, há uma diferença significativa entre os dois momentos; os EUA eram, na passagem do século XIX para o XX, uma potência em ascensão, são hoje uma potência em declínio.

***Bernardo Ricupero** é professor no departamento de ciência política da USP. Autor, entre outros livros, de *Romantismo e a ideia de nação no Brasil* (WMF Martins Fontes) [<https://amzn.to/4gVZizw>]

Referências

BAIROCH, Paul. "International industrialization levels from 1750 to 1980". *Journal of European Economic History*, v. 11, n., 2, 1982.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Las relaciones entre América Latina y el Caribe y China: áreas de oportunidad para un desarrollo más productivo, inclusivo y sostenible*, 2025.

HERRING, George. *From colony to superpower*. New York: Oxford University Press, 2008.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOLDEN, ROBERT; ZOLOV, Eric (editors). *Latin America and the United States: a documentar history*. New York: Oxford University Press, 2000.

SEXTON, Jay. *The Monroe doctrine: empire and nation in the Nineteenth century America*. New York: Hill and Wang, 2011.

LIMA, Manoel de Oliveira. *Memórias (estas minhas reminiscências...)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

National Security Strategy. White House, 2025.

<https://www.nytimes.com/2025/10/10/world/americas/maduro-venezuela-us-oil.html>

a terra é redonda
existe graças aos nossos leitores e apoiadores
Ajude-nos a manter esta ideia.
CLIQUE AQUI  **CONTRIBUA**